

Proposições em tramitação na Câmara dos Deputados que tratam de suspensão temporária da cobrança de prestações de empréstimos consignados

Pesquisa realizada em 15/07/2020

PL 3805/2020

Autor: Jaqueline Cassol - PP/RO

Ementa: Dispõe sobre a suspensão dos empréstimos consignados de servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, como medida excepcional a ser adotada enquanto perdurar o Decreto nº 06, de 20 de março de 2020, que decretou estado de calamidade pública nacional em decorrência do coronavírus.

Inteiro Teor: Art. 2º Durante o prazo de vigência do Decreto nº 06, de 20 de março de 2020, que decretou estado de calamidade pública nacional em decorrência do coronavírus, ficam suspensos, por 120 (cento e vinte) dias os pagamentos de empréstimos consignados de servidores públicos ativos e inativos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Data: 15/07/2020 16:38

PL 3795/2020

Autor: Eduardo da Fonte - PP/PE

Ementa: Suspende a cobrança de empréstimos consignados, conforme determina, pelo tempo em que perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19 (novo coronavírus).

Inteiro Teor: Suspende a cobrança de empréstimos consignados, conforme determina, pelo tempo em que perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19 (novo coronavírus).

Data: 14/07/2020 19:15

PL 3560/2020

Autor: Ricardo Silva - PSB/SP

Ementa: Acrescenta o §3º ao art. 45 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), para estabelecer a suspensão temporária dos pagamentos das prestações das operações de créditos consignados durante períodos de emergência de saúde pública de importância nacional e estado de calamidade pública

Indexação: Alteração, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, suspensão, caráter temporário, pagamento, prestação, operação, crédito consignado, período, Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), estado de emergência, calamidade pública.

Inteiro Teor: Acrescenta o §3º ao art. 45 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), para estabelecer a suspensão temporária dos pagamentos das prestações das operações de créditos consignados durante períodos de emergência de saúde pública de importância nacional e estado de calamidade pública.

Data: 30/06/2020 15:12

PL 3471/2020

Autor: Ricardo Silva - PSB/SP

Ementa: Estabelece a suspensão temporária dos pagamentos das prestações das operações de créditos consignados previstas na Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, durante períodos de emergência de saúde pública de importância nacional e estado de calamidade pública.

Inteiro Teor: Estabelece a suspensão temporária dos pagamentos das prestações das operações de créditos consignados previstas na Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, durante períodos de emergência de saúde pública de importância nacional e estado de calamidade pública.

Data: 23/06/2020 16:55

PL 3310/2020

Autor: Vicentinho - PT/SP

Ementa: Suspende por 120 (cento e vinte) dias os pagamentos das operações de crédito que especifica, em razão da pandemia de coronavírus (Covid-19).

Inteiro Teor: Nosso objetivo aqui é o de suspender por 120 dias o curso das operações e prorrogar o vencimento das parcelas devidas durante esse período em razão de operações de crédito consignado, garantindo maior fôlego financeiro aos tomadores e preservando a subsistência das famílias tão fragilizadas pelo atual cenário de redução trágica da atividade econômica.

Data: 15/06/2020 15:37

PL 3153/2020

Autor: Célio Studart - PV/CE

Ementa: Determina, em todo território nacional, a suspensão das cobranças dos empréstimos consignados contraídos por servidores públicos por 120 (cento e vinte) dias em decorrência do estado de calamidade pública do novo coronavírus (COVID-19).

Indexação: Suspensão, caráter temporário, cobrança, crédito consignado, servidor público, aposentado, pensionista, calamidade pública, pandemia, coronavírus.

Inteiro Teor: Determina, em todo território nacional, a suspensão das cobranças dos empréstimos consignados contraídos por servidores públicos por 120 (cento e vinte) dias em decorrência do estado de calamidade pública do novo coronavírus (COVID-19)

Data: 05/06/2020 11:48

INC 620/2020

Autor: Nilto Tatto - PT/SP

Ementa: Sugere a suspensão temporária dos descontos e das retenções em folha de pagamento dos aposentados relativos aos empréstimos consignados pelo período de seis meses.

Inteiro Teor: Sugere a suspensão temporária dos descontos e das retenções em folha de pagamento dos aposentados relativos aos empréstimos consignados pelo período de seis meses. Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Economia, A pandemia causado pelo Covid-19 atingiu em cheio a saúde e a renda dos cidadãos brasileiros.

Data: 28/05/2020 15:52

PRLP 2 => MPV 936/2020

Autor: Orlando Silva - PCdoB/SP

Ementa: Parecer a MP 936 de 2016 que Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

Inteiro Teor: Repactuação de empréstimos consignados e aumento da margem consignável Propomos que seja garantida a opção por repactuar empréstimos consignados, com carência de até 90 dias, aos empregados que tiverem a redução proporcional de jornada e salário ou a suspensão temporária do contrato e aos empregados que comprovarem a contaminação pelo novo coronavírus.

Data: 28/05/2020 14:54

PRLP 1 => MPV 927/2020

Autor: Celso Maldaner - MDB/SC

Ementa: Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.

Inteiro Teor: "Seja suspenso o pagamento dos empréstimos consignados e empréstimo direto vinculado a conta, aos bancos públicos e privados dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, tanto dos funcionários aposentados como os da ativa, por um período mínimo de 3 meses." 99 Dep. Patrícia Ferraz (Podemos/AP) Acrescenta o seguinte artigo à MPV: Art.

Data: 26/05/2020 11:37

PL 2882/2020

Autor: Delegado Antônio Furtado - PSL/RJ

Ementa: Suspende os descontos de empréstimos consignados dos funcionários públicos e privados da área de segurança, saúde, sistema prisional, sócio-educativo e limpeza enquanto durar o decreto federal de calamidade pública decorrente do novo coronavírus - Covid-19.

Inteiro Teor: Suspende os descontos de empréstimos consignados dos funcionários públicos e privados da área de segurança, saúde, sistema prisional, sócio-educativo e limpeza enquanto durar o decreto federal de calamidade pública decorrente do novo coronavírus – Covid-19.

Data: 25/05/2020 18:13

PL 2721/2020

Autor: Zé Neto - PT/BA

Ementa: Suspende temporariamente, por noventa dias, a cobrança das parcelas relativas a contrato de empréstimo consignado contratado por servidor público federal, mediante a inserção de um novo art. 45-A na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”, e dá outras providências.

Inteiro Teor: O servidor contratante de operação de empréstimo consignado poderá requisitar à instituição financeira concedente do referido empréstimo para que prorogue o pagamento das parcelas vincendas nos próximos três meses, contados a partir do dia 1º de abril de 2020, para serem acrescidas ao final do respectivo contrato.

Data: 18/05/2020 09:01

PL 2605/2020

Autor: Léo Moraes - PODE/RO

Ementa: Suspende os descontos consignados em folha de pagamento durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Inteiro Teor: Art. 2º Durante a situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ficam suspensos os descontos consignados nas folhas de pagamento das pessoas listadas no art. 1º desta lei.

Data: 13/05/2020 12:47

PL 2309/2020

Autor: Expedito Netto - PSD/RO

Ementa: Autoriza que, durante o período de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19, seja suspensa a exigibilidade de pagamentos de empréstimos consignados.

Inteiro Teor: Autoriza que, durante o período de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19, seja suspensa a exigibilidade de pagamentos de empréstimos consignados.

Data: 29/04/2020 18:00

PL 2277/2020

Autor: Marreca Filho - PATRIOTA/MA

Ementa: SUSPENDE POR QUATRO MESES O PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS.

Indexação: Suspensão, pagamento, empréstimo, consignado, servidor público civil, servidor público militar, aposentado, pensionista, trabalhador, iniciativa privada, período, estado de emergência, calamidade pública, pandemia, coronavírus.

Inteiro Teor: Suspende por quatro meses o pagamento de empréstimos consignados por pessoas físicas e jurídicas. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Ficam suspensos pelo prazo de quatro meses os pagamentos de empréstimos consignados contratados por servidores públicos civis e militares, aposentados, pensionistas e trabalhadores com carteira assinada da iniciativa privada.

Data: 28/04/2020 20:32

PL 2249/2020

Autor: Cleber Verde - REPUBLIC/MA

Ementa: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 com o intuito de suspender a cobrança de empréstimos consignados por parte de todos os agentes financeiros (Bancos, cooperativas de crédito)

enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Indexação: Alteração, Lei Federal, instituição financeira, suspensão, cobrança, crédito consignado, período, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pandemia do coronavírus.

Inteiro Teor: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 com o intuito de suspender a cobrança de empréstimos consignados por parte de todos os agentes financeiros enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Data: 28/04/2020 15:35

INC 448/2020

Autor: Luiz Antônio Corrêa - PL/RJ

Ementa: Sugere a adoção de providências pelo Governo Federal para a cobertura das parcelas de empréstimos consignados de aposentados vencidas durante o período de emergência de saúde pública causada pelo Covid-19.

Inteiro Teor: Certamente, será muito oneroso para estes o pagamento das parcelas de empréstimos consignados enquanto a situação de emergência de saúde pública internacional se mantiver.

Data: 22/04/2020 12:08

INC 442/2020

Autor: Denis Bezerra - PSB/CE

Ementa: Sugere, em razão dos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus (Covid-19), a suspensão dos descontos em benefícios de aposentados e pensionistas para pagamento de operações de crédito consignado já contratadas.

Inteiro Teor: Sugere, em razão dos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus (Covid-19), a suspensão dos descontos em benefícios de aposentados e pensionistas para pagamento de operações de crédito consignado já contratadas.

Data: 17/04/2020 14:01

PL 1989/2020

Autor: Rejane Dias - PT/PI

Ementa: Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestação em folha de pagamento para dispor sobre a suspensão do pagamento de parcelas de empréstimos consignados em folha de pagamento enquanto durar o estado de calamidade pública e dá outras providências.

Indexação: Alteração, Lei do Crédito Consignado, suspensão, pagamento, parcela, crédito consignado, calamidade pública, pandemia, coronavírus.

Inteiro Teor: Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestação em folha de pagamento para dispor sobre a suspensão do pagamento de parcelas de empréstimos consignados em folha de pagamento enquanto durar o estado de calamidade pública e dá outras providências.

Data: 17/04/2020 09:11

PL 1918/2020

Autor: Fábio Trad - PSD/MS

Ementa: Autoriza, durante o período de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19, que sejam suspensos os pagamentos de empréstimos consignados contratados por militares.

Inteiro Teor: Autoriza, durante o período de estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19, que sejam suspensos os pagamentos de empréstimos consignados contratados por militares.

Data: 15/04/2020 16:38

PL 1899/2020

Autor: Dra. Soraya Manato - PSL/ES, Jorge Solla - PT/BA, Paula Belmonte - CIDADANIA/DF

Ementa: Dispõe sobre a suspensão de pagamentos de operações de crédito contratadas por pessoas naturais e diminuição dos juros durante o período do estado de calamidade referente ao Covid-19 previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Indexação: Instituição financeira, suspensão, cobrança, operação de crédito, Cheque especial, cartão de crédito, Crédito consignado, Financiamento habitacional, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pandemia, Coronavírus.

Inteiro Teor: Suspende a cobrança de parcelas de operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo como devedores as pessoas naturais, durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 (decreto de calamidade pública em razão da pandemia de Covid-19), dentre as quais estão incluídos os débitos de cheque especial, as faturas de cartão de crédito, as prestações de crédito consignado

Data: 15/04/2020 12:09

INC 429/2020

Autor: Dra. Soraya Manato - PSL/ES

Ementa: Sugere a suspensão da cobrança, pelas instituições financeiras, de pagamentos de operações de crédito contratadas por pessoas naturais durante o período do estado de calamidade referente ao Covid-19.

Inteiro Teor: As operações realizadas por pessoas naturais, inclusive aquelas relativas a débitos de cheque especial, a faturas de cartão de crédito, a prestações de crédito consignado e a financiamento habitacional. Quanto à redução de juros, sugerimos que seja cobrada remuneração exclusivamente com base na meta da taxa Selic. Cientes dos esforços empreendidos pela equipe do Ministério da Economia conduzida por V.

Data: 15/04/2020 12:08

PL 1874/2020

Autores: Fernanda Melchionna - PSOL/RS, David Miranda - PSOL/RJ, Marcelo Freixo - PSOL/RJ e outros

Ementa: Dispõe, em razão da pandemia de COVID-19, sobre a suspensão temporária de pagamento de empréstimos e de financiamentos bancários que pessoas físicas, micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais possuam com instituições financeiras; reduz as taxas de juros de novos empréstimos e dá outras providências.

Inteiro Teor: I - cheque especial; II - rotativo do cartão de crédito; III - crédito consignado - Art. 6º Em caráter excepcional, enquanto estiver vigente o estado de calamidade pública estabelecido no Decreto 06, de 2020, as taxas de juros de novos contratos de empréstimos entre os agentes previstos

Data: 14/04/2020 15:37

PL 1812/2020

Autor: Fábio Henrique - PDT/SE

Ementa: Suspende temporariamente os pagamentos de empréstimos consignados por pessoas físicas.

Inteiro Teor: Suspende temporariamente os pagamentos de empréstimos consignados por pessoas físicas. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Ficam suspensos os pagamentos de empréstimos consignados por pessoas físicas pelo período de 90 dias. Art. 2º Transcorrido o prazo estabelecido no art. 1º, os pagamentos suspensos serão acrescidos ao final originalmente previsto para o financiamento, sem taxas, multas ou encargos de qualquer natureza.

Data: 13/04/2020 13:08

PL 1785/2020

Autor: Wladimir Garotinho - PSD/RJ

Ementa: Dispõe sobre a suspensão do desconto de empréstimos consignados de servidores públicos, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, como medida excepcional, após a decretação do Estado de Calamidade pública Nacional, em virtude da SARSCOV2 (COVID-19).

Inteiro Teor: Dispõe sobre a suspensão do desconto de empréstimos consignados de servidores públicos, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, como medida excepcional, após a decretação do Estado de Calamidade pública Nacional, em virtude da SARS- COV2 (COVID-19).

Data: 10/04/2020 18:02

PL 1782/2020

Autores: José Airton Félix Cirilo - PT/CE, Paulo Pimenta - PT/RS, Professora Rosa Neide - PT/MT e outros
Ementa: Suspende de forma transitória a Lei nº 10.820/2003, e o Decreto Nº 8.690, de 11 de março de 2016, enquanto durar a pandemia do Covid- 19, e dá outras providências.

Inteiro Teor: O Congresso Nacional decreta: Art. 1º - Enquanto durar os efeitos do COVID-19, fica suspenso junto a qualquer Instituição Financeira consignatária, de forma transitória, os pagamentos das parcelas em função de empréstimo consignado, conforme tratam a Lei nº 10.820/2003, e o Decreto Nº 8.690, de 11 de março de 2016, dos empregados privados, servidores públicos federais, estaduais, municipais, civis ou militares.

Data: 10/04/2020 11:24

PLP 87/2020

Autor: Joseildo Ramos - PT/BA

Ementa: Dispõe sobre a suspensão temporária de contratos de crédito consignado firmados entre aposentados e/ou pensionistas e instituições financeiras, além do perdão da dívida dos referidos contratos quando as parcelas pagas atinjam o montante mínimo equivalente ao valor histórico do empréstimo.

Indexação: Suspensão, caráter temporário, contrato, crédito consignado, aposentado pensionista, critério, Remissão da dívida, calamidade pública, pandemia, coronavírus.

Inteiro Teor: Dispõe sobre a suspensão temporária de contratos de crédito consignado firmados entre aposentados e/ou pensionistas e instituições financeiras, além do perdão da dívida dos referidos contratos quando as parcelas pagas atinjam o montante mínimo equivalente ao valor histórico do empréstimo.

Data: 08/04/2020 18:28

PL 1725/2020

Autor: Celina Leão - PP/DF

Ementa: Dispõe sobre a suspensão, pelo período em que perdurar o estado de emergência e calamidade pública declarada em decorrência da pandemia COVID-19 no Brasil, a cobrança dos empréstimos consignados contraídos junto às instituições financeiras.

Inteiro Teor: Dispõe sobre a suspensão, pelo período em que perdurar o estado de emergência e calamidade pública declarada em decorrência da pandemia COVID-19 no Brasil, a cobrança dos empréstimos consignados contraídos junto às instituições financeiras.

Data: 08/04/2020 13:56

INC 374/2020

Autor: Edna Henrique - PSDB/PB

Ementa: Sugere que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil interrompam por três meses o desconto de parcelas consignadas relativas a operações de crédito, ou durante o período de combate à epidemia de Covid-19.

Inteiro Teor: Lembramos que os trabalhadores e beneficiários do INSS mais necessitados são exatamente aqueles que fazem uso do crédito consignado, de modo que uma medida dessa natureza facilitaria a vida deles.

Data: 07/04/2020 21:28

INC 373/2020

Autor: Erika Kokay - PT/DF

Ementa: Sugere, em razão dos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus (Covid-19), a suspensão dos descontos em benefícios de aposentados e pensionistas para pagamento de operações de crédito consignado já contratadas.

Inteiro Teor: Sugere, em razão dos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus (Covid-19), a suspensão dos descontos em benefícios de aposentados e pensionistas para pagamento de operações de crédito consignado já contratadas.

Data: 07/04/2020 18:39

PL 1656/2020

Autor: Mara Rocha - PSDB/AC

Ementa: Suspende o desconto de empréstimo consignado deduzido de qualquer vencimento do utilizador, enquanto durar o estado de calamidade pública devido à pandemia do Coronavírus (covid-19), reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Indexação: Suspensão, pagamento, crédito consignado, calamidade pública, pandemia, coronavírus.

Inteiro Teor: Suspende o desconto de empréstimo consignado deduzido de qualquer vencimento do utilizador, enquanto durar o estado de calamidade pública devido à pandemia do Coronavírus (covid-19), reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Data: 07/04/2020 11:51

PL 1500/2020

Autor: André Figueiredo - PDT/CE

Ementa: Dispõe sobre a suspensão do desconto de empréstimo consignado como medida excepcional de enfrentamento da calamidade pública decretada em virtude do COVID-19.

Indexação: Suspensão, caráter temporário, parcelamento, crédito consignado, calamidade pública, pandemia, coronavírus.

Inteiro Teor: Dispõe sobre a suspensão do desconto de empréstimo consignado como medida excepcional de enfrentamento da calamidade pública decretada em virtude do COVID-19. Art. 1º Esta lei trata de medida excepcional a ser adotada em virtude da calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 06 de 20 de março de 2020. Art. 2º Os descontos de empréstimos consignados ficam suspensos pelo período de quatro meses.

Data: 03/04/2020 09:25

PL 1481/2020

Autor: Marcon - PT/RS

Ementa: Dispõe sobre a suspensão da cobrança de empréstimos pessoais, consignados, financiamento imobiliário de imóveis urbanos e rurais e financiamentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, com objetivo de mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia do COVID-19.

Indexação: Suspensão, parcela, Financiamento habitacional, imóvel urbano, imóvel rural, Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), crédito consignado, período, calamidade pública, Emergência de saúde pública, emergência social, pandemia, coronavírus.

Data: 02/04/2020 17:18

PL 1479/2020

Autor: Pompeo de Mattos - PDT/RS

Ementa: Estabelece a suspensão por 120 (cento e vinte) dias da cobrança dos empréstimos consignados dos trabalhadores e aposentados.

Indexação: Caráter temporário, pagamento, crédito consignado, aposentado pensionista, trabalhador, calamidade pública, pandemia, coronavírus, emergência social,

Inteiro Teor: Estabelece a suspensão por 120 (cento e vinte) dias da cobrança dos empréstimos consignados dos trabalhadores e aposentados.

Data: 02/04/2020 16:54

PL 1435/2020

Autor: João Daniel - PT/SE

Ementa: Prevê a anistia das parcelas de financiamentos e empréstimos de pessoas físicas que recebam até três salários mínimos em caso de pandemia reconhecida pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Indexação: Anistia, parcela, empréstimo, pessoa física, financiamento, bens imóveis, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), crédito consignado, cheque especial, cartão de crédito, período. estdo de emergência, calamidade publica, pandemia, coronavírus.

Inteiro Teor: III – Empréstimos Consignados. IV – Cheque especial; V – Cartão de Crédito; Art. 2.º. A excepcionalidade se dará durante período de estado de calamidade pública reconhecido pelo governo federal. § 2.º O disposto no caput tem validade inicial de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado por até

igual período, estando sua aplicação, de qualquer forma, limitada ao prazo de duração do estado de calamidade pública. Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Data:01/04/2020 20:00

PL 1428/2020

Autor: Fábio Mitidieri - PSD/SE

Ementa: Altera a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003 para dispor sobre as condições gerais de pagamento de empréstimos consignados, após a decretação do estado de calamidade pública nacional.

Indexação: Alteração, Lei do Crédito Consignado, suspensão, prazo determinado, pagamento, crédito consignado, pessoa física, calamidade pública, pandemia, coronavírus, emergência social.

Inteiro Teor: Altera a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003 para dispor sobre as condições gerais de pagamento de empréstimos consignados, após a decretação do estado de calamidade pública nacional. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Inclua-se novo art. 7º-A à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003:

Data: 01/04/2020 18:34

PL 1353/2020

Autor: Chiquinho Brazão - AVANTE/RJ

Ementa: Propõe medidas para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia do coronavírus.

Indexação: Suspensão, exigência, autenticação, documento, reconhecimento de firma, pagamento, prestação, crédito consignado, contratação de operação de crédito, instituição financeira, microempresa, pequena empresa, parcela, Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), decorrência, Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus Responsável pelo Surto de 2019, pandemia, coronavírus.

Inteiro Teor: Ficam suspensos por 90 (noventa) dias o pagamento das prestações das operações de crédito consignado, penhor e crédito direto ao consumidor contraídas com instituições financeiras oficiais. Parágrafo único. O período de suspensão do pagamento das prestações de que trata o caput será acrescido ao prazo da respectiva operação de crédito, sem alteração das condições contratadas, inclusive referente a taxa de juros. Art. 4º.

Data: 31/03/2020 20:57

PL 1264/2020

Autor: Paulo Ramos - PDT/RJ

Ementa: Altera a Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para prever a suspensão temporária do desconto em folha referente ao pagamento de empréstimos e outras formas de financiamentos concedidos por instituições financeiras nas situações que especifica.

Indexação: Alteração, Lei do Crédito Consignado, suspensão, pagamento, parcela, crédito consignado, caráter temporário, calamidade pública, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pandemia, coronavírus, emergência social.

Data: 30/03/2020 17:44

PL 1259/2020

Autor: Perpétua Almeida - PCdoB/AC

Ementa: Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, referente a suspensão da cobrança de empréstimos consignados, financiamentos habitacionais e de veículos.

Indexação: Suspensão, caráter temporário, pagamento, parcela, crédito consignado, calamidade pública, pandemia, coronavírus.

Inteiro Teor: Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, referente a suspensão da cobrança de empréstimos consignados, financiamentos habitacionais e de veículos.

Data: 30/03/2020 16:41

PL 1257/2020

Autor: Jhc - PSB/AL

Ementa: Acrescenta o artigo 6º-C à lei 10.820/2003 para suspender as parcelas dos empréstimos feitos com base naquela lei enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Indexação: Alteração, Lei do Crédito Consignado, suspensão, pagamento, parcela, crédito consignado, caráter temporário, calamidade pública, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pandemia, coronavírus, emergência social.

Inteiro Teor: O Congresso Nacional decreta: Art. 1º A lei 10.820/2003 passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo: Art. 6º-C As parcelas referentes aos empréstimos celebrados com base nesta lei, ou empréstimos consignados de qualquer forma, terão sua cobrança e desconto suspensos, vedada a posterior incidência de juros, multa ou qualquer forma de atualização, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde

Data: 30/03/2020 16:21

INC 278/2020

Autor: Jhc - PSB/AL

Ementa: Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia para que atue junto aos bancos que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional no sentido de suspenderem as parcelas de empréstimos consignados enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Inteiro Teor: Requer envio de indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia para que atue junto aos bancos que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional no sentido de suspenderem as parcelas de empréstimos consignados enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro

Data: 30/03/2020 15:18

PL 1160/2020

Autor: Darci de Matos - PSD/SC

Ementa: Altera a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre as condições gerais de pagamento de empréstimos consignados, após a decretação do estado de calamidade pública nacional.

Indexação: Alteração, Lei do Crédito Consignado, critério, suspensão, pagamento, crédito consignado, calamidade pública, pandemia, coronavírus, emergência social.

Inteiro Teor: Altera a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre as condições gerais de pagamento de empréstimos consignados, após a decretação do estado de calamidade pública nacional. O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Inclua-se novo art. 7º-A à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003:

Data: 27/03/2020 22:55

INC 267/2020

Autor: Professor Joziel - PSL/RJ

Ementa: Sugere a suspensão temporária de descontos no valor do benefício da aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social relativo às operações de créditos consignados já contratados porquanto durar o estado calamidade de pública, decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19).

Inteiro Teor: Sugere a suspensão temporária de descontos no valor do benefício da aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social relativo às operações de créditos consignados já contratados porquanto durar o estado calamidade de pública, decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19). Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia, Conforme é de conhecimento público, estamos enfrentando uma crise mundial provocada pela pandemia do COVID-19.

Data: 27/03/2020 19:42

PL 1155/2020

Autor: Professor Joziel - PSL/RJ

Ementa: Dispõe sobre a suspensão dos descontos nos benefícios de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social de valores referentes a operações de créditos consignados, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19).

Inteiro Teor: Dispõe sobre a suspensão dos descontos nos benefícios de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social de valores referentes a operações de créditos consignados, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19).

Data: 27/03/2020 19:28

PL 1154/2020

Autores: Camilo Capiberibe - PSB/AP, Luciano Ducci - PSB/PR, Rosana Valle - PSB/SP e outros

Ementa: Dispõe sobre a suspensão do desconto salarial de empréstimo consignado em folha de pagamento durante o estado de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020

Indexação: Alteração, Lei do Crédito Consignado, suspensão, desconto, parcela, financiamento, empréstimo bancário, cartão de crédito, Arrendamento mercantil, Consignação em folha de pagamento, aposentado, Regime Geral de Previdência Social (RGPS), calamidade pública. Pandemia, coronavírus

Inteiro Teor: Dispõe sobre a suspensão do desconto salarial de empréstimo consignado em folha de pagamento durante o estado de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Data: 27/03/2020 19:27

INC 253/2020

Autor: Júnior Mano - PL/CE

Ementa: Sugere que as instituições financeiras suspendam a cobrança de empréstimos consignados de qualquer natureza nos próximos noventa dias com vistas a enfrentar a crise do Covid-19.

Inteiro Teor: Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, para sugerir que as instituições financeiras suspendam a cobrança de empréstimos consignados de qualquer natureza nos próximos noventa dias com vistas a enfrentar a crise do Covid-19. Senhor Presidente: Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.

Data: 26/03/2020 17:35

PL 1078/2020

Autoras: Clarissa Garotinho - PROS/RJ, Patrícia Ferraz - PODE/AP

Ementa: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 com o intuito de suspender a cobrança de empréstimos consignados enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID19).

Indexação: Alteração, lei federal, enfrentamento, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), suspensão, Consignação em folha de pagamento, crédito consignado, Cartão de crédito consignado, Arrendamento mercantil, pandemia, coronavírus, emergência social.

Inteiro Teor: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 com o intuito de suspender a cobrança de empréstimos consignados enquanto persistir à emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID19).

Data: 26/03/2020 11:50

PL 987/2020

Autor: José Guimarães - PT/CE

Ementa: Dispõe sobre a suspensão dos descontos nos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações ou benefícios de valores referentes a empréstimos consignados contratados por empregados, aposentados, pensionistas e servidores públicos.

Indexação: Suspensão, desconto, Vencimentos, Subsídio (remuneração), soldo, salário, Crédito consignado, empregado, servidor público, aposentado, pensionista, pandemia, coronavírus, emergência social.

Inteiro Teor: Dispõe sobre a suspensão dos descontos nos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações ou benefícios de valores referentes a empréstimos consignados contratados por empregados, aposentados, pensionistas e servidores públicos.

Data: 25/03/2020 10:39

PL 965/2020

Autor: Joseildo Ramos - PT/BA

Ementa: Dispõe sobre a suspensão temporária de contratos de crédito consignado firmados entre aposentados e/ou pensionistas e instituições financeiras, além do perdão da dívida dos referidos contratos quando as parcelas pagas alindam o montante mínimo equivalente ao valor histórico do empréstimo.

Indexação: Suspensão, caráter temporário, contrato, Crédito consignado, aposentado, pensionista, critério, Remissão da dívida, pandemia, coronavírus, emergência social.

Data: 24/03/2020 18:32

PL 960/2020

Autor: Pompeo de Mattos - PDT/RS

Ementa: Estabelece a suspensão temporária dos cortes do fornecimento por falta de pagamento das tarifas dos serviços públicos de água, esgoto, energia elétrica e internet; a suspensão do cancelamento dos planos de saúde e a suspensão do pagamento de contratos bancários que especifica, nos próximos três meses, ou pelo período de duração da Pandemia por Covid 19, na forma aqui estabelecida.

Indexação: Suspensão, caráter temporário, cobrança, Parcela, Financiamento habitacional, financiamento, veículo, Consórcio, Crédito consignado, empréstimo bancário, pandemia, coronavírus, emergência social.

Inteiro Teor: Neste projeto de lei se propõe também a suspensão das cobranças de parcelas de contratos habitacionais, de consórcios, de financiamentos de veículos, e dos empréstimos pessoais e consignados por parte dos bancos. Nestes casos, se trata de uma possibilidade mais simples, pois se estará projetando para o final dos contratos as parcelas que deixarão de ser pagas durante o período de suspensão da cobrança.

Data: 24/03/2020 18:32

PL 823/2020

Autor: Bozzella - PSL/SP

Ementa: Dispõe sobre a suspensão temporária de cobrança, pagamento, juros e multas incidentes sobre dívidas pelo período de 90 dias, em função da pandemia de corona-vírus que atingiu o Brasil.

Data: 23/03/2020 09:49

PL 687/2020

Autores: Alessandro Molon - PSB/RJ, Vilson da Fetaemg - PSB/MG, Ricardo Silva - PSB/SP e outros

Ementa: Dispõe sobre medidas emergenciais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Inteiro Teor: O disposto no caput deste artigo aplica-se a contratos como cheque especial, empréstimo pessoal, crédito consignado e financiamentos mobiliários e imobiliários. Art. 3º.

Data: 17/03/2020 19:40

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecific=true&filtros=%5B%7B%22emTramitacao%22%3A%22Sim%22%7D,%7B%22ano%22%3A%222020%22%7D%5D&q=consignados>